

Cheias e inundações voltam a expor o despreparo do Governo na gestão do risco de desastres no país

- Ainda não somos campeões na gestão de desastres. A época chuvosa e ciclónica que os moçambicanos vivenciam desde a primeira semana deste mês veio, mais uma vez, colocar em evidência a ineficácia da estratégia de gestão do risco de desastres no país.



As falhas no fornecimento de informações precisas e antecipadas à população e a falta de recursos para a implementação de planos de emergência, evacuação e prestação de assistência às vítimas são alguns dos problemas que se verificam e que denunciam a ineficácia do actual modelo.

Enquanto outros países na mesma situação em termos de vulnerabilidade a eventos climáticos extremos têm apostado em programas sérios de fortalecimento de infra-estruturas, promoção do acesso à informação e a provisão antecipada de recursos para fazer face ao risco de desastres¹, o Governo moçambicano tem optado por um modelo mais reactivo do que proactivo. Só depois da ocorrência das calamidades, colocando a população em situação de emergência e implicando a perda de vidas humanas, é que iniciam as estratégias de gestão.

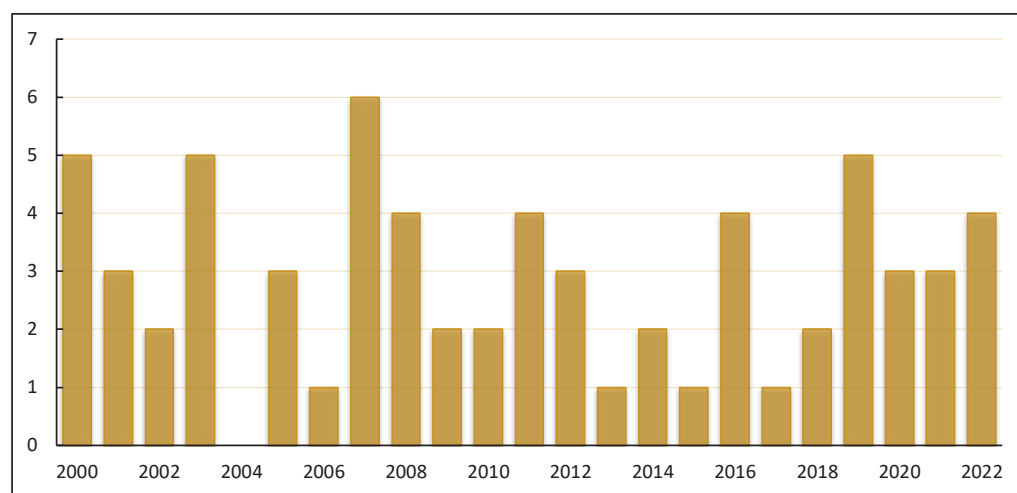
As deficiências foram visíveis logo no início quando o Governo não informou atempadamente as pessoas residentes em zonas de risco sobre a possibilidade de ocorrência de cheias. As chuvas e as descargas das barragens pegaram as pessoas de surpresa². Sem avisos e alertas adequados, a população foi submetida ao pânico e desespero e foram agravados os impactos do desastre, implicando até perda de vidas humanas. No pico da presente época chuvosa, caracterizada por uma precipitação

intensas e descargas atmosféricas em quase todo o país, pelo menos 95 pessoas perderam a vida e mais de 100 mil foram afectadas.³

Depois de as pessoas terem sido “surpreendidas” pelas cheias, surgiu um outro problema: o Governo não tinha fundos suficientes para a fazer as evacuações em segurança, fornecer acomodações adequadas e cuidados médicos de emergência. Na verdade, foi sempre assim. Sem provisões suficientes no orçamento, o Executivo geralmente inicia a corrida para busca de fundos junto dos parceiros depois das pessoas sofrerem com os impactos dos desastres. Uma situação preocupante considerando que o país sofre ciclicamente e de forma agressiva os efeitos nefastos das mudanças climáticas.

Com efeito, Moçambique encontra-se na lista de países que são frequentemente afectados por desastres naturais, dos quais se destacam as cheias, secas e ciclones. O país ocupa o 50º lugar entre 181 países avaliados pelo Índice de Risco Mundial, com uma grande propensão de ser afectado por desastres e em situação crítica em termos de falta de capacidade para lidar com calamidades naturais extremas⁴. Esta posição vai de encontro com os dados sobre a frequência da ocorrência dos mesmos, ilustrada pelo Gráfico 1., onde o número de desastres com grandes implicações sociais e económicas chega a ser de seis por ano.

Gráfico 1. Frequência da ocorrência de desastres naturais (2000-2022)



Fonte: Do autor com base nos dados da Emergency Events Database

¹ IMF. (2018). *How to manage the fiscal costs of natural disasters*. Washington DC: International Monetary Fund. Disponível em <https://www.imf.org/-/media/Files/Publications/HowToNotes/howtonote1803.ashx>

² Beula, E. (2023, 17 de Fevereiro). Cheias e inundações em Maputo: Governo não informou as populações sobre o risco de cheias em Boane e chegou tarde para socorrer as vítimas. Centro para Democracia e Desenvolvimento. Disponível em <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/Governo-nao-informou-as-populacoes-sobre-o-risco-de-cheias-em-Boane-e-chegou-tarde-para-socorrer-as-vitimas1.pdf>

³ Governo sem quantitativos para suprir danos das cheias. (2023, 23 de Fevereiro). Jornal Notícias.

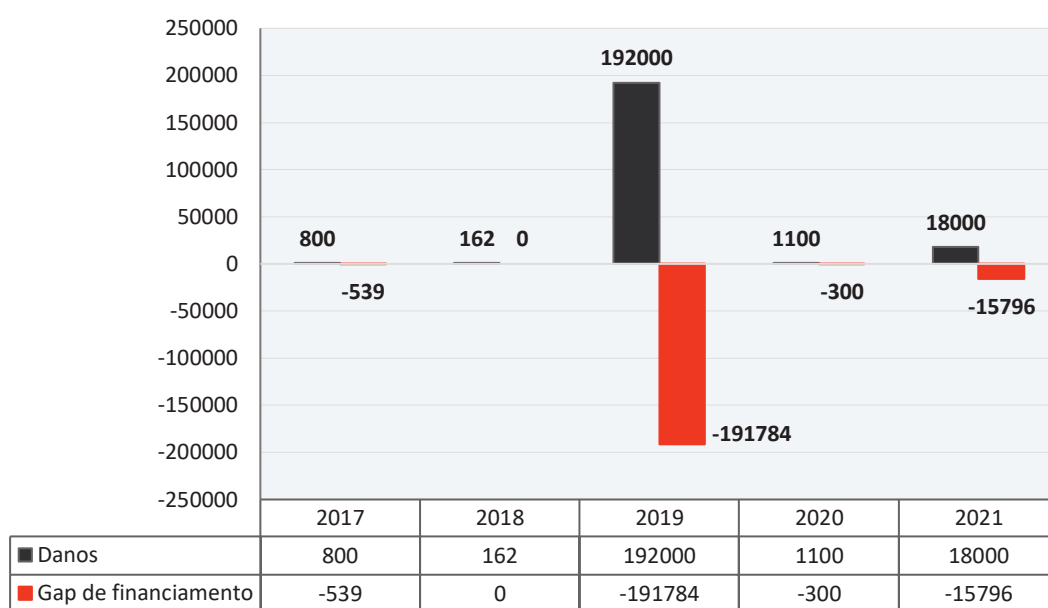
⁴ MEF. (2022). Relatório de Riscos Fiscais para 2023. Disponível em <https://www.mef.gov.mz/index.php/todas-publicacoes/instrumentos-de-gestao-economica-e-social/relatorios-de-riscos-fiscais/1703-relatorio-de-riscos-fiscais-2023/file?force-download=1>

Este nível de exposição do país a ocorrência dos desastres, assim como o facto de grande parte da população fixar residência em regiões vulneráveis, são bem conhecidos pelo Governo. Ainda assim, em todos os anos, o Executivo falha em assegurar recursos mínimos para o financiamento das actividades de reforço da prontidão, resposta, recuperação e reconstrução pós-calamidades.

As medidas de aprovisionamento para riscos de desastres no país ainda não servem o propósito que determinou a sua criação. Os instrumentos de protecção financeira existentes falham sistematicamente na incorporação da Redução do Risco de Desastres nos planos de Governação a todos os ní-

veis, conforme preconizado no Plano Director para a Redução do Risco de Desastres (2017-2030)⁵.

Reflectindo a ineficácia do actual modelo, anualmente, o Governo tem reportado diferenças gigantescas entre os recursos alocados para os Planos Anuais de Contingência e os danos resultantes da ocorrência de desastres (Conforme ilustra o Gráfico abaixo). Por exemplo, durante os últimos cinco anos, foi alocado para os diferentes Planos um valor de 3,6 mil milhões de meticais num contexto em que os danos resultantes de desastres naturais no mesmo período ascenderam a 212,1 mil milhões de meticais, representando um défice de mais de 208 mil milhões de meticais.



Fonte: Relatório de Riscos Fiscais para 2023

Aprovados anualmente pelo Governo (nos termos do artigo 12 da Lei 15/2014, de 20 de Junho), os planos de contingência constituem o principal mecanismo de planificação operacional com previsões dos orçamentos e recursos necessários não só para a resposta imediata, mas também para a recuperação pós-desastre. A execução dos planos é actualmente feita com base nos recursos do Fundo de Gestão de Calamidades (FGC) que conta com a dotação do Estado, no mínimo anual de 0,1% do Orçamento, e doações de parceiros, pessoas e empresas como fontes de financiamento.

Idealmente, esta constituiria a principal fonte de recursos ex-ante⁶ para a gestão de calamidades em Moçambique. Sucede, porém, que, na prática, o fundo não tem conseguido recursos suficientes nem para financiar as necessidades da resposta à emergência. O dinheiro para as operações de busca e salvamento, a assistência humanitária das vítimas (provisão de abrigo temporário e alimentação) e actividades de monitoria é mobilizado após a ocorrência dos desastres.

Conforme reconheceu o Primeiro-Ministro, Adriano Maleiane, cinco anos depois de ter anunciado

⁵ Plano Director para a Redução do Risco de Desastres (2017-2030) – https://www.ingd.gov.mz/wp-content/uploads/2020/11/PDRRD_BROCHURA_FINAL_IMpressao.pdf

⁶ Fontes de recurso Ex-ante são aquelas planeadas e estabelecidas antes da ocorrência de uma calamidade.

a criação do fundo quando ainda era Ministro da Economia e Finanças⁷, o FGC é um fundo sem fundos. O FGC nunca conseguiu ter um valor inicial antes do início de uma época chuvosa⁸. Até os 560 milhões de meticais (sendo 300 milhões do Banco Mundial) que foram anunciados recentemente pelo Presidente da República, Filipe Nyusi, foram mobilizados depois das populações terem vivido o drama das cheias.

O FGC é uma conta vazia. Uma situação preocupante considerando que a conta bancária gerida pelo Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres (INGD) foi estabelecida precisamente com o objectivo de consolidar a gestão financeira da resposta aos desastres e é um dos principais mecanismos de implementação do Plano de Protecção Financeira Contra Desastres (PPFD), aprovado pelo Governo no ano passado.

Mais preocupante ainda é o facto de haver uma percepção de que os poucos recursos mobilizados são perdidos devido a práticas de má gestão e esquemas de corrupção⁹. Não é admissível que uma entidade com um papel tão crítico em momentos de crise seja sistematicamente acusada de ser “máquina de corrupção” que se aproveita das calamidades naturais e das doações internacionais para avançar agendas pessoais.

A intensidade e magnitude dos choques climáticos no país têm estado a aumentar, implicando cus-

tos económicos e sociais significativos. A alocação de recursos definida durante o processo de planeamento e orçamentação ainda é insuficiente e os recursos só são mobilizados após a ocorrência dos desastres. Mesmo levando em consideração as contribuições dos parceiros, os déficits de recursos para uma resposta imediata ainda são significativos.

É preciso rever as normas do FGC (sobretudo a dotação orçamental canalizada ao fundo) e reforçar a sua efectividade de modo que as alocações para o financiamento da prontidão e das intervenções pós-desastre não fiquem sempre abaixo das necessidades identificadas ao longo do ciclo de desastre. Mais do que isso é necessário assegurar que estes mesmos recursos sejam tempestivamente canalizados ao FGC de modo a possibilitar uma melhor resposta à emergência.

A par das revisões das normas do fundo, é preciso dar seguimento às acções estratégicas definidas no Plano de Protecção Financeira Contra Desastres (2022-2027) em termos de criação de outros instrumentos de gestão do risco de desastres, como é o caso do desenvolvimento do mercado privado de seguros para transferência de riscos e a contração do seguro soberano. Só assim é que serão ultrapassadas as actuais dificuldades em termos de mobilização de recursos para o financiamento da resposta à emergência, recuperação e reconstrução pós-desastres.



Créditos: Observador

⁷ Chamuço, T. (2018, 18 de Julho). Moçambique cria fundo de gestão de calamidades para reduzir riscos. Disponível a partir de <https://opais.co.mz/mocambique-cria-fundo-de-gestao-de-calamidades-para-reduzir-riscos/> (Consultado 27/02/2023)

⁸ Chavo, A. (2023, 16 de Fevereiro). Fundo de Gestão de Desastres não tem dinheiro. O País.

⁹ ONG denuncia alegada corrupção na assistência a desastres em Moçambique – <https://www.noticiasaminuto.com/mundo/2217166/ong-denuncia-alegada-corrupcao-na-assistencia-a-desastres-em-mocambique>



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beúla
Autor: Gabriel Manguela
Layout: CDD

Contacto:
 Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIROS PROGRAMÁTICOS



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

